

Que Europa?

## **O estado do debate europeu: o futuro da Europa**

Bronislaw Geremek

### **As crises europeias**

A Europa enfrenta actualmente não somente uma crise política no seu processo de integração mas também uma crise histórica de civilização. O contínuo questionamento faz parte dos atributos da Europa, uma permanente autocrítica que chega mesmo, por vezes, aos limites da autodestruição. Foi o que, em 1935, o historiador francês Paul Hazard designou por «crises de consciência europeia», para qualificar o estado intelectual e espiritual da Europa nos séculos XVII e XVIII. Estas crises são recorrentes ao longo da história europeia do milénio, entre o seu início, com as expectativas milenaristas do ano 1000 e o seu término, marcado pelos atentados de 11 de Setembro.

Pouco importa que a crise tenha raízes nas realidades do presente ou no imaginário dos contemporâneos: ela conta em si mesma, pois o medo do futuro define as atitudes e os sentimentos no imediato do presente. Um tal medo pode fazer tremer o espírito de missão, a procura da inovação, a audácia do pensamento e da acção, a aptidão para correr riscos – esses factores particulares que estão na origem do «milagre europeu». Husserl afirma que o maior perigo para a Europa é a lassidão: se calhar, o sentido da crise actual da Europa é a fadiga dos europeus perante a noção de que só um «heroísmo da razão» poderá triunfar.

O desvanecimento do espírito comunitário após a época do Tratado de Maastricht é simultaneamente causa e consequência de uma crise de integração. O interesse da Europa era superior ao interesse nacional. Hoje, esse espírito comunitário desvaneceu-se. Deu lugar a um espírito contabilístico e a solidariedade já não é sempre recíproca. O interesse nacional prima sobre o interesse europeu e os egoísmos nacionais redobram de vigor.

Após 1992, as instituições da UE não cessaram de ganhar transparência e democracia. A crescente importância do papel do Parlamento Europeu é significativa, enquanto única instituição europeia directamente eleita pelos cidadãos europeus. Mas é muito para lá do

sistema institucional, mesmo com todas as suas imperfeições e contradições, que é preciso procurar as origens de um mal-estar que se deve menos a uma insuficiência democrática do que a algo ainda mais fulcral: a falta de legitimidade política. O sistema é dificilmente compreensível para os cidadãos europeus. A União não é uma nação, mas sim uma federação de Estados nacionais. A democracia comunitária não pode ser outra coisa do que uma democracia de negociação e de inclusão e não, como acontece na maior parte dos nossos sistemas políticos nacionais, uma democracia de confronto e de escolha.

Um sistema político legítimo distingue-se por ser compreensível para os eleitores, logo capaz de produzir uma opinião pública, homogénea e evolutiva, e ser, simultaneamente, um «espectáculo», uma encenação para os cidadãos e para os observadores da vida pública. O sistema europeu está ainda longe de reunir estas duas qualidades. Mas parece começar a encetar essa via, como o demonstram a cobertura mediática e os numerosos artigos de imprensa sobre a Cimeira que há pouco terminou [Conselho Europeu de Bruxelas, 22 e 23 de Junho de 2007]. A verdade é que existe um espaço público europeu mas ainda somente sob a forma de adição dos espaços públicos nacionais.

### **Por que queremos viver juntos?**

A questão do espaço público europeu é importante, pois a sua existência pressupõe «laços comuns», o fórum/agora onde se encontram os cidadãos. Mas, contrariamente ao que sucede nas comunidades nacionais, a Europa é uma comunidade de escolha, um conjunto no qual os cidadãos têm, mais do que nunca, a possibilidade de afirmar que querem e desejam viver juntos. Assim, o mais importante para o futuro da Europa é encontrar uma resposta para a questão: por que queremos viver juntos?

Poderá ser uma questão de memória: o passado determina o futuro. Para nós, que fomos formados na escola das nações europeias, a memória colectiva das nossas respectivas comunidades nacionais parece justificar essa vivência em conjunto. Renan afirmava que em matéria de memória colectiva, as derrotas valem mais do que as vitórias: as nações da Europa parecem ter feito sua essa ideia, e fundaram a sua vontade de viver em conjunto, unidas na diversidade, na rejeição de um passado comum feito de dor, de lágrimas e de sangue, e na procura de um futuro de paz e de prosperidade compartilhado.

Mas o medo do futuro pode ameaçar a unidade. Perante a grande crise económica, política e moral dos anos 1930, as nações da Europa, apesar de alguns utópicos, avançados para o seu tempo, como Denis de Rougemont, decidiram tentar sair dela sozinhas, enfrentar-se e concorrer entre si para ultrapassar os problemas... Mas no perigo vivido em comum existem os fermentos da cooperação e da unidade: perante os sarracenos, árabes, mongóis e turcos dos tempos medievais, perante a peste negra e as epidemias, perante as ameaças do sistema soviético que separava a Europa, fez-se a unidade. Podemos sempre imaginar que se voltará a fazer: seja pela negativa, isto é, contra os americanos os ou muçulmanos, ou pela positiva, contra uma ameaça global como a alteração climática ou pela vontade de regular os excessos da mundialização económica.

É necessário questionar, de forma directa, e responder: quem tem vocação para aderir à União Europeia? O que querem fazer em conjunto os europeus? Com que meios institucionais e orçamentais querem agir? A crise de legitimidade que atravessa a União também se fica a dever à persistente incapacidade de responder claramente a estas simples questões. Primeiro, a questão das fronteiras da União Europeia. A Europa é um produto do encontro entre a geografia e a história. Não é uma expressão geográfica, junta à incerteza da sua fronteira a Leste e a Sudeste uma certa ambiguidade das suas fronteiras axiológicas. As fronteiras geográficas são um quadro natural, as fronteiras axiológicas, definidas nos critérios de Copenhaga, são uma escolha. A unidade na diversidade só é possível graças aos valores comuns que unem os europeus.

Uma certa fadiga do alargamento, que faz parte da crise actual, não pode, porém, levar a uma definição das fronteiras futuras da União Europeia. É certo que não poderá haver qualquer nova adesão antes da introdução de reformas internas. Mas, no horizonte de 2010-2015, poderemos pensar a adesão de países dos Balcãs Ocidentais e, talvez também, da Ucrânia; a adesão da Turquia, país com o qual a União já encetou negociações, somente ocorrerá, muito provavelmente, após essa data. Assim, o problema do alargamento não se relaciona com o novo projecto europeu. E a este respeito, as decisões finais deverão ser tomadas na perspectiva da nova fórmula de União aprofundada.

A incerteza em relação às fronteiras inscreve-se nas particularidades da União. A sua «política de vizinhança» assume, neste contexto, uma importância capital, se bem que ainda permaneça indefinida. Esta política não deveria ser um instrumento de cooperação oferecido aos países a quem se recusa a adesão: não deveria ser, de forma alguma, uma via para a exclusão da UE. Pelo contrário, deveria suavizar as tensões que surgem nas

margens da União devido às diferenças de desenvolvimento económico ou de nível de prosperidade material; nalguns casos, seria o quadro de preparação da entrada na UE enquanto noutros seria um instrumento de criação de um vasto espaço económico europeu e transatlântico – enfim, em todo o caso, o fim último deveria ser sempre aproximar os povos.

Segundo, a questão das políticas comuns. O que querem fazer em conjunto os europeus? Para que serve a Europa? Para alguns, não serve para nada: demasiado grande para tratar de problemas locais, que devem permanecer no âmbito das comunidades nacionais, ou demasiado pequena para pesar nos problemas mundiais, que são da esfera da mobilização internacional. Mas, isto significa esquecer todas as questões que se colocam aos Estados membros e que só podem encontrar respostas à escala da Europa. O recente relatório Brok-Baron sobre o futuro do processo constitucional sublinha três:

- a luta contra as alterações climáticas;
- a solidariedade em matéria de energia;
- uma política migratória comum, coerente e humana.

Terceiro, a Europa necessita de uma dimensão política. É com políticas comuns que pode lutar de forma eficaz contra o terrorismo internacional e o crime organizado, e promover a democracia como elemento fundamental da «segurança humana», esse novo conceito da política da paz. Uma tal aspiração só pode vingar com uma acção de toda a comunidade europeia, pois nenhum país – grande ou pequeno – o conseguirá isoladamente.

### **A questão institucional e a crise de legitimidade da UE**

A União Europeia necessita urgentemente de um novo Tratado, tanto para reformar as suas estruturas e tornar o seu funcionamento mais eficaz como para fazer desaparecer os efeitos psicológicos do fracasso referendário. Podemos, no presente, pensar que os anos 2007-2008 serão decisivos para o futuro da construção europeia. Para sair da quadratura do círculo, é necessário formular claramente as intenções das reformas institucionais – e transmiti-las aos cidadãos. A crise actual não exprime de forma alguma uma vontade das sociedades europeias de abandonar o projecto europeu, mas sim de o enriquecer. O novo tratado das reformas deverá ser o ponto de partida de uma nova orientação das políticas

de integração, que incluirá certamente as questões da identidade europeia e da vontade de viver em conjunto. O projecto da Europa política não é uma mera continuidade. A Europa que se pretende «unida na diversidade» deve responder às clivagens entre o nacional e o europeu – e deve ultrapassá-las.

A crise também revelou a existência de um fosso entre as elites e o grande público sobre a forma de lidar com as questões europeias. A integração europeia é vista como um projecto de elites, na qual «o homem da rua» não revê os seus anseios e inquietações quotidianas: o medo do desemprego, o sentimento de insegurança, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e à educação. Poderá ser uma percepção inadequada à realidade da acção da União, mas tal não impede que, em política, as percepções contem por vezes mais do que os factos. A deliberação ocupa um espaço importante na tradição europeia e ela deverá ajudar a ultrapassar as falsas percepções ou a criar um espaço para os cidadãos, ao nível das elites. Se é difícil falar de uma agora europeia, é também por causa da ausência de articulação, no jogo europeu, entre interesses divergentes, devido à ausência de partidos políticos europeus, que deveriam ter como função articulá-los, e à fraqueza do debate de ideias que daí poderia surgir. E porque a política é uma arte de gerir os conflitos e não de os fazer desaparecer, a formação de uma agora europeia significaria a articulação das questões conflituais em torno dos interesses da comunidade europeia e não no confronto dos interesses nacionais. A crise constitucional não exprime a rejeição da dimensão política da União, mas mais as fraquezas da sua politização e do seu discurso político.

Como forma responder a estas percepções, poderíamos pensar numa nova prática: referendos consultivos europeus, organizados simultaneamente em toda a União. Na verdade, no conjunto da União, assiste-se a uma crescente exigência de participação no processo de tomada de decisão. Os cidadãos desejam cada vez mais exprimir-se em relação a decisões e a processos concretos e não somente todos os 4 ou 5 anos, quando há eleições. Mas na cena europeia, é preciso reconhecer que as possibilidades de expressão são extremamente raras. A União Europeia não poderá sobreviver, em face das derivas populistas, se não tiver a sabedoria para inventar uma forma de «consulta popular inteligente». Essas consultas seriam muito mais do que sondagens sofisticadas, como o Eurobarómetro, mas um pouco menos que referendos, juridicamente vinculativos, como no caso francês. Tratar-se-ia de colocar a todos os cidadãos europeus, no mesmo dia, uma ou várias questões idênticas, simples e concretas, ligadas aos domínios fundamentais e às

reformas que envolvem o futuro da União Europeia. Colocar questões que vão de encontro à imaginação dos eleitores e não às suas competências jurídicas. Poderemos recorrer a este método na próxima Conferência Intergovernamental.

Desta forma, abrir-se-iam os debates europeus que, até aqui, resistem a passar fronteiras, pois estão presos numa lógica nacional, numa visão redutora dos desafios e do interesse geral da comunidade europeia. Assim, cada resultado nacional seria analisado à escala europeia e devidamente contrabalançado. Por outro lado, seria possível ter uma imagem clara das aspirações reais dos europeus sobre o futuro da UE, quando chegasse o momento de tomar decisões relativas a esse mesmo futuro. De uma forma geral, todos os cidadãos desejam sentir-se envolvidos no projecto europeu e é ao pedir a opinião dos habitantes do nosso continente sobre o futuro da Europa que poderemos fazer com que sejam cidadãos da Europa.

O «povo europeu» é uma aspiração – é o projecto da União Política que pode vir a ser o seu acto fundador. No actual estado de coisas, podemos falar do povo europeu como de um conglomerado de povos que decidiram, pelo Tratado de Roma, criar «os fundamentos de uma união cada vez mais estreita». O realismo de Jean Monnet levou-o a afirmar que era necessário federar os interesses nacionais e exercer em comum a soberania delegada pelos Estados membros. Meio século após a assinatura do tratado instituidor da Comunidade Económica Europeia, podemos constatar que a união é de tal forma estreita que o interesse europeu pode estar legitimamente para lá dos interesses nacionais.

### **Realizar a Europa política**

A Europa não é um domínio de elites, é uma questão de iniciados. E fazer a Europa política é garantir que essa iniciação é partilhada pelo maior número possível de pessoas, pertençam ou não às elites. Os europeus poderiam aplicar a eles próprios a fórmula de Isócrates que, por volta do ano 390 antes de Cristo, afirmou que a cidade «fez com que a designação gregos fosse usada não tanto enquanto raça, mas sim como cultura, e chamamos gregos mais aos que participam na nossa educação do que aos que partilham connosco a origem». As questões da educação e da cultura, que fazem parte da preservação das tradições nacionais e que, pelo princípio da subsidiariedade, são do

domínio dos governos nacionais, devem inevitavelmente, quando pensamos na Europa política, ser vistas na sua dimensão europeia. Se se considera que a noção de cidadão está ligada à assunção de responsabilidade no domínio público, é difícil limitar as culturas dos povos europeus aos particularismos e à diversidade; é necessário trabalhar sobre a aproximação das culturas, trabalhar sobre a memória europeia, trabalhar nos conteúdos e nos programas da educação. É necessário investir muito mais para dar a conhecer aos europeus todas as culturas nacionais e os povos que compõem a União, mas também dar a conhecer o fundo comum do passado e do presente da Europa e a «ideia de Europa».